Diário Oficial da União - Nº 75 - Seção 1 - pág. 69

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÕES DE 13 DE ABRIL DE 2015

PROTOCOLO 3669/2014/PGJM
NOTÍCIA DE FATO (PI) 53-03.2014.1701
PJM RECIFE/PE
EMENTA. SUPOSTO TRATAMENTO PRIVILEGIADO A CAPITÃO DA AERONÁUTICA. FATOS QUE DIZEM RESPEITO À VIDA PRIVADA DOS REPRESENTADOS. NOTÍCIA ANÔNIMA DESACOMPANHADA DE QUALQUER ELEMENTO PROBATÓRIO. DENUNCISMO IRRESPONSÁVEL. ARQUIVAMENTO.
Notícia anônima de tratamento privilegiado a Capitão da Aeronáutica. Fatos que dizem respeito à vida privada dos representados. Delação desacompanhada de qualquer elemento probatório ou mesmo de indicação de testemunhas. Prática de denuncismo irresponsável. Inviabilidade de instauração de investigação criminal. Arquivamento determinado pelo PGJM.

PROTOCOLO 795/2015/PGJM
NOTÍCIA DE FATO
EMENTA. TEMPO ESPECIAL POR DESEMPENHO DE ATIVIDADE INSALUBRE. NEGATIVA DE RECONHECIMENTO PELA ADMINISTRAÇÃO MILITAR. MATÉRIA DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. ARQUIVAMENTO.
Notícia de Fato instaurada a partir de representação de servidor civil da Aeronáutica em desfavor do Diretor de Administração do Pessoal e do Diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço, por negarem, supostamente de forma indevida, a averbação de tempo especial por desempenho de atividade insalubre. Contraposição de interesses a ser solucionado pela Justiça Federal. Matéria que escapa às atribuições do Ministério Público Militar. Suposto retardamento indevido de cumprimento de ordem judicial exarada em mandado de segurança. Incompetência da Justiça Militar da União. Arquivamento determinado pelo PGJM.

PROTOCOLO 821/2015/PGJM
NOTÍCIA DE FATO (PI)
EMENTA. TRANSFERÊNCIA DE SERVIDORA DA AERONÁUTICA POR MOTIVO DE SAÚDE. LOTAÇÃO EM CARGOS DIVERSOS DO OCUPADO NA OM DE ORIGEM. SUPOSTO DESCOMPASSO ENTRE A DECISÃO JUDICIAL E AS AÇÕES DA ADMINITRAÇÃO MILITAR. POSSÍVEL PRÁTICA DO DELITO DE DESOBEDIÊNCIA, DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. EXISTÊNCIA DE PROCEDIMENTO EM TRÂMITE NO MPF. ARQUIVAMENTO.
Feito instaurado a partir de representação encaminhada por servidora da Aeronáutica que obteve transferência por meio de ação judicial. Suposta lotação em cargos diversos do ocupado pela noticiante na OM de origem, inclusive com diminuição da remuneração. Matéria a ser debatida nos autos da ação movida pela requerente. Possível prática de desobediência, de competência da Justiça Federal. Existência de procedimento no âmbito do Ministério Público Federal. Desnecessidade do envio de cópia. Arquivamento determinado pelo PGJM.

MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral

Diário Oficial da União - Nº 75 - Seção 2 - pág. 37

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA Nº 48/PGJM, DE 17 DE ABRIL DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 124, inciso XIII, alínea "c", da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o impedimento da Promotora de Justiça Militar CAROLINE DE PAULA OLIVEIRA PILONI, lotada na 1ª Procuradoria de Justiça Militar em Brasília/DF, para atuar no Procedimento Ordinário 0000107-52.2013.7.11.0111, em trâmite na 1ª Auditoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar;

CONSIDERANDO os afastamentos legais dos demais Membros lotados na 1ª Procuradoria de Justiça Militar em Brasília/DF; resolve:

Art. 1º Designar a Doutora ÂNGELA MONTENEGRO TAVEIRA, Promotora de Justiça Militar, titular do 2º Ofício Geral da 2º Procuradoria de Justiça Militar em Brasília/DF, para atuar no Procedimento Ordinário 0000107-52.2013.7.11.0111, em trâmite na 1ª Auditoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, durante os afastamentos legais dos demais Membros lotados no 1º Ofício da Procuradoria de Justiça Militar em Brasília/DF não impedidos de atuar no feito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA

Diário Oficial da União - Nº 75 - Seção 3 - pág. 91

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 11/2015 - MPM. Processo nº: 08160.004744/2015-67-MPM. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: MEGA SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI. CNPJ: 70.928.973/0001-70. Objeto: Contratação, em caráter emergencial, de serviço de recepcionista, para atender a Procuradoria-Geral de Justiça Militar e Procuradoria de Justiça Militar em Brasília. Dispensa de Licitação: Inciso IV, artigo 24, da Lei nº 8.666/93. Valor mensal por posto: R$ 3.672,38 Valor mensal por posto - área médica: R$ 3.973,51. Valor mensal: R$ 59.400,34. Valor anual: R$ 356.402,04. Elemento de Despesa: 33.90.37. Nota de Empenho: Nº 2015NE000830, em 30 de março de 2015. Vigência: 31/03/2015 a 26/09/2015. Data de assinatura: 30/03/2015. Assinam: Jaime de Cassio Miranda, Diretor-Geral, pelo MPM e Lourivaldo Santos de Souza, pela contratada.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 19/2014 - MPM. Processo nº: 08160.002591/2015-13. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: CONREPE - Construções e Representações Pernambucanas Ltda. CNPJ: 07.166.474/0001-57. Objeto: Revisão do contrato de prestação de serviços referentes à reforma do edifício-sede da Procuradoria de Justiça Militar em Recife/PE. Valor da revisão contratual: R$ 47.962,94. Valor total: R$ 799.842,98. Data de assinatura: 16/03/2015. Assinam: Jaime de Cassio Miranda, Diretor-Geral, pelo MPM e Paulo Clemente de Araújo Júnior, pela contratada.

Espécie: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 19/2014 - MPM. Processo nº: 08160.001582/2015-13. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: CONREPE - Construções e Representações Pernambucanas Ltda. CNPJ: 07.166.474/0001-57. Objeto: Prorrogação dos prazos de execução e de vigência

do contrato de prestação de serviços referentes à reforma do edifício-sede da Procuradoria de Justiça Militar em Recife/PE. Vigência: 17/05/2015 a 16/08/2015. Data de assinatura: 13/03/2015. Assinam: Jaime de Cassio Miranda, Diretor-Geral, pelo MPM e Paulo Clemente de Araújo Júnior, pela contratada.

Espécie: 10º Termo Aditivo ao Contrato nº 23/2011 - MPM. Processo nº: 08160.003144/2015-81. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: Minas Segur Vigilância e Segurança Privada Ltda. - Epp. CNPJ: 08.563.482/0001-08. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços de vigilância armada nas dependências da Procuradoria de Justiça Militar em Juiz de Fora/MG. Vigência: 11/04/2015 a 10/04/2016. Data de assinatura: 09/04/2015. Assinam: Jaime de Cassio Miranda, Diretor-Geral, pelo MPM, e Anderson Alves de Souza, pela contratada.